



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD

ANDREIA DO VALE DE SOUZA SOARES

**ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NO DISTRITO FEDERAL:
O CAJE e as polêmicas propostas sobre a redução da maioridade penal**

**Brasília/DF
Outubro/2005**

ANDREIA DO VALE DE SOUZA SOARES

**ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NO DISTRITO FEDERAL:
O CAJE e as polêmicas propostas sobre a redução da maioridade penal**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu*, na área de Direito Material e Processual Penal e Segurança Pública.

Orientador: Fabiano Augusto Martins Silveira.

**Brasília/DF
Outubro/2005**

ANDREIA DO VALE DE SOUZA SOARES

**ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NO DISTRITO FEDERAL:
O CAJE e as polêmicas propostas sobre a redução da maioridade penal**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu*, na área de Direito Material e Processual Penal e Segurança Pública

Orientador: Fabiano Augusto Martins Silveira.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Dedico aos meus pais, filhos, esposo e professores que me incentivaram ao longo destes anos a concluir mais esta etapa de minha formação acadêmica.

Agradeço a Deus e a todos aqueles que repartiram comigo os seus conhecimentos, colocando em minhas mãos as ferramentas com as quais novos horizontes abrir-se-ão e, em especial, ao meu orientador, Fabiano Augusto Martins Silveira e a professora Tânia Cristina Cruz que, com muita presteza e paciência, auxiliaram-me neste trabalho.

“Educai as crianças, e não será preciso punir os homens”. (Pitágoras)

RESUMO

O fenômeno criminalidade juvenil, figurando em diversos segmentos e contextos sociais, apresenta-se como tema que traduz em si um intenso debate. Avaliando os conflitos advindos em particular dessa violência, ressaltam as polêmicas propostas sobre a redução da maioria penal, dividindo inúmeras opiniões a respeito da modificação na atual legislação de responsabilização de jovens infratores. Afere-se que a apresentação de propostas, a qualificação de debates e tomada de decisões comprometidas com os direitos e o resgate da cidadania dos jovens, passa necessariamente pelo conhecimento, vivência e aproximação da realidade, buscando, sobretudo, a compreensão das causas originárias da atividade delituosa, eis que a questão não apresenta uma causa específica, nem possui uma simplista resolução. Chama-se especial atenção para a necessidade de moderação das idéias do chamado senso comum sobre a marginalização dos adolescentes que incidem na prática de atos infracionais, especificamente, a visão preconceituosa e reacionária presente no imaginário social, exteriorizada através das representações coletivas, que torna a sociedade civil vítima e reprodutora de violência, em razão dos próprios atos e preconceitos. No Distrito Federal, o CAJE, Centro de Atendimento Juvenil Especializado, principal unidade de internação de adolescentes e jovens, consiste em caso emblemático dos desafios e impasses enfrentados no que diz respeito à problemática dos jovens em conflito com a lei. Assim, um perfil da juventude, da violência e da cidadania na Capital Federal é traçado, revelando-se os preceitos estruturadores da vida social e o elo de grupos entre si no espaço urbano, para melhor compreensão e avaliação sobre a adequação das polêmicas propostas apresentadas como alternativa resolutiva à delinquência juvenil. A análise dos processos de exclusão e inclusão social em seus diversos níveis, a aferição da eficácia, e o papel das medidas ressocializadoras e das instituições congêneres responsáveis, constituem objetos de reflexão desta temática.

PALAVRAS-CHAVES: CAJE, Distrito Federal, criminalidade, maioria penal e jovens.

ABSTRACT

The phenomenon youthful crime, appearing in diverse segments and social contexts, is presented as subject that translates itself an intense debate. Evaluating the conflicts happened in particular of this violence, the controversies stand out proposals on the reduction of the criminal majority, dividing innumerable opinions regarding the modification in the current legislation of inculcate of young infractors. It is surveyed that the presentation of proposals, the qualification of debates and taking of decisions compromised to the rights and the rescue of the citizenship of the young, pass necessarily for the knowledge, experience and approach of the reality, searching, over all, the understanding of the originary causes of the delictual activity, here it is that the question does not present a specific cause, nor possess a simply resolution. Special attention for the necessity moderation of the ideas of the call is called common sense on the given culture of the adolescents who happen in the practical one of transgressions acts, specifically, the prejudiced vision and reactionary imaginary gift in the social one, showed through the collective representations, that the civil society becomes victim and reproductive of violence, in reason of the proper acts and preconceptions. Of the Federal District, the CAJE, Center of Specialized Youthful Attendance, main unit of internment of adolescents and young, consists of emblematic case of the challenges e faced impasses in that it says respect to the problematic one of the young in conflict with the law. Thus, a profile of youth, the violence and the citizenship in the Federal Capital is traced, showing to the rules structure of the social life and the link of groups between itself in the urban space, for better understanding and evaluation on the adequacy of the controversies proposals presented as alternative resolute to the youthful delinquency. The analysis of the processes of exclusion and social inclusion in its diverse levels, the gauging of the effectiveness, and the paper of the of social reintegration measures and the institutions responsible same types, constitutes objects of reflection of this thematic one.

WORD-KEYS: CAJE, Federal District, crime, criminal majority and young.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Cidade-Satélite x Idade.....	24
Tabela 02 – Ato Infracional x Cidade.....	25
Tabela 03 – Ato Infracional x Idade.....	26

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Gráfico por série – total de 295 alunos.....	27
Gráfico 02 – Número de alunos do CAJE	27
Gráfico 03 – Número de internações 2003/2005.....	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Informações gerais sobre os adolescentes infratores do CAJE.....	28
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Adolescente infrator.....	35
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

CAJE – Centro de Atendimento Juvenil Especializado

MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

SEAS – Secretaria de Estado de Ação Social

SSP – Secretaria de Segurança Pública

GDF – Governo do Distrito Federal

CF – Constituição Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
 CAPÍTULO I: JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E CIDADANIA NO DISTRITO FEDERAL	
1.1- O espaço urbano e a criminalidade entre os jovens.....	14
1.2- Jovens: construção identitária, valores e cidadania.....	20
 CAPÍTULO II: O CENTRO DE ATENDIMENTO JUVENIL ESPECIALIZADO (CAJE) E OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NO DISTRITO FEDERAL	
2.1- Perfil dos internos.....	24
2.2- Perfil institucional.....	32
 CAPÍTULO III: AS POLÊMICAS PROPOSTAS SOBRE A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL	
3.1- A influência da mídia na construção do senso comum quanto à redução da maioridade penal.....	38
3.2- Percepção dos juristas quanto à redução da imputabilidade penal.....	44
3.3- Percepção dos funcionários do CAJE quanto à redução da imputabilidade penal.....	46
 CAPÍTULO IV: O DISTRITO FEDERAL E A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: UMA ADEQUADA PROPOSTA À SOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE JUVENIL?.....	
	49
 CONCLUSÃO.....	 53
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 60
 APÊNDICE.....	 64

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo avaliar as propostas de redução da maioria penal, verificando os descompassos entre o ideal e a vida real, bem como as consequências advindas das políticas de controle e repressão aos menores infratores, partindo da análise da internação de adolescentes e jovens em conflito com a lei no Distrito Federal, examinando sua principal unidade, o CAJE, Centro de Atendimento Juvenil Especializado, que consiste em um caso emblemático dos desafios e impasses enfrentados no que diz respeito à questão, traçando-se um perfil da instituição, dos internos, e do quadro geral da prática de atos infracionais no Distrito Federal.

As considerações perfazem o panorama das discussões acerca do tema, destacando que as políticas de controle do delito, assentam suas bases em propostas de caráter repressivo e retributivo, sobretudo ao disseminar a idéia de agravamento das penas. Ressalta-se a importância e a função dos órgãos e autoridades públicas no tocante às consequências ou finalidade das medidas sócio-educativas, bem como na atuação com medidas preventivas à ocorrência de atos infracionais.

Importa refletir a interligação indivíduo-sociedade, as práticas e os fenômenos gerados pela delinquência infanto-juvenil, ressaltando a relação criança e adolescente, família, lei e pensamento social, bem como os debates e conflitos advindos em particular dessa violência, e a implicação do delito na aplicação dos direitos humanos e no processo de exclusão e inclusão social.

Diante disso é inevitável e essencial, buscar e compreender as causas originárias da atividade delituosa dos jovens, evidenciando a eficácia das medidas sócio-educativas da legislação em vigor, bem como alternativas para o combate dessa marginalização dos menores infratores. Nesse processo, acresce a abordagem das tentativas de tratamento, no tocante à justiça infanto-juvenil positivada no Estatuto da Criança e do Adolescente, a eficácia de sua aplicação e a retomada de cidadania do sujeito social envolvido no delito, considerando ainda a exposição à grande evidência social, ante à críticas de suas ações descompassadas com a denominada normalidade social.

A exploração do tema direciona-se à demonstração da importância de compreender que existe uma visão preconceituosa e reacionária presente no imaginário coletivo com relação à problemática dos jovens em conflito com a lei, engendrando esforços para demonstrar a inconsistência das teses favoráveis às modificações na atual legislação de responsabilização penal de menores. A análise pretende moderar as idéias do chamado senso comum para proceder a uma abordagem temática de forma mais realista.

Impõe-se o redimensionamento do processo ressocializador, a partir da ponderação dos métodos empregados na consecução dos fins da reintegração social dos jovens que incidiram na prática de atos infratores, evidenciando a necessidade de reconstrução de referenciais e valores benéficos, através de sua sensibilização consciente e responsável para o objetivo dos aspectos pós-internação.

CAPÍTULO I - JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E CIDADANIA NO DISTRITO FEDERAL

1.1- O espaço urbano e a criminalidade entre os jovens

Na Capital Federal, a acentuada visibilidade do contraste entre padrões de vida é facilmente constatada na estrutura e qualificação do espaço urbano, fatos geradores e diferenciadores de um contexto de desigualdades, cujo impacto prejudicial é concebido e mensurado através de ações ou ameaças que se refletem nas relações sociais.

Reflexo de situações de dominação no ambiente político e social, as desigualdades de classes, conduzem à percepção da ocorrência de uma violência simbólica. De acordo com Bourdieu (1998, p. 11), as diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais.

Bourdieu (1998, p. 85) retrata, ainda, o espaço social como um campo de lutas onde os atores (indivíduos e grupos) elaboram táticas que permitem manter ou melhorar sua posição social. Ainda segundo este autor, visualiza-se que a prática social dos grupos e pessoas implicam estratégias de redução do campo do outro, de associações, contradições e domínio do hábito dos outros.

A segregação social, importante fator desencadeante de conflitos, traduz o cenário em que se desenrolam fenômenos que conduzem a diversas injustiças, centrando padrões em que a produção, o consumo, o acúmulo de bens –

nem sempre ao alcance de todos – bem como o individualismo, constituem referências, concebidas como violadoras de inúmeros direitos.

Importa, aqui, a percepção de que a violação de direitos, considerando o grau de civilização e a exigência de determinadas condutas padronizadas e controladas na sociedade moderna é forma de manifestação de violência.

Consoante definição de Michaud (2001, p. 11), há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, **ou em suas participações simbólicas** e culturais. Ainda segundo o autor, visualizamos em nossas relações sociais, estados de violência, ao fazer desaparecer ou afastar progressivamente da vida política e social, grupos ou indivíduos, tendendo os conflitos a direcionar-se aos aspectos físico, moral e psicológico, tornando-se cada vez menos possível de localização.

Segundo Velho (2000, p. 11) violência associa-se a uma idéia de poder, quando se enfatiza a possibilidade de imposição de vontade, desejo ou projeto de um ator sobre outro.

Na conjuntura da exclusão social, analisada sob o aspecto de estados de violência, destaca-se o contexto do desemprego, a incerteza e a fragilização da cidadania, dos laços sociais e comunitários, favorecendo a emergência de comportamentos expressivos da frustração social e da impotência individual ou grupal na luta pela sobrevivência e pela dignidade.

O fato é que as regras de organização espacial revelam os preceitos estruturadores da vida social, apontando o elo dos grupos sociais entre si no espaço urbano. No Distrito Federal, o quadro mais claro de violência simbólica encontra-se

no conflito gerado diante da rejeição dos jovens das cidades-satélites em relação ao jovem do Plano Piloto, basicamente quanto ao comportamento de indiferença e alheamento do outro. Ocorre a percepção de uma indiferença pública, tanto física, quanto social à sua presença. A ausência de vínculos afetivos e simbólicos com a ordem social torna o jovem invisível aos olhos da sociedade.

Neste sentido, Waiselfisz (1998, p. 23) afirma que:

Os jovens que freqüentam as cidades-satélites percebem as relações interpessoais como mais amigáveis, mais companheiras, mais solidárias, havendo lugar para a mistura de classes sociais. Essa percepção vai de encontro às relações humanas no Plano Piloto, nas quais existiria uma permanente tentativa de afirmação do poder político e econômico: No Distrito Federal, existe uma realidade que escapa à compreensão dos jovens, porque foi abolida de seu cotidiano. O jovem de classe média do Plano Piloto, ao menos uma parte deles, não experimenta nada fora de um círculo muito restrito: família e amigos. Esse alheamento do outro e a exclusão da diferença geralmente caminham junto com o ensimesmamento.

O negativo contraste social reflete falsas perspectivas de futuro, sensação de desejos não realizados, sobretudo através de necessidades de consumo não atendidas, além dos traços de estigmatização.

O resultado dos sentimentos de exclusão, segregação, marginalização e injustiças associados à desigualdade de condições sociais, sensivelmente percebida pelos moradores das cidades-satélites do DF, revela a realidade vivenciada na Capital Federal, suscitando conflitos e, por conseguinte, uma instabilidade e rompimento de elos básicos na socialização¹.

¹ Segundo pesquisa UNESCO, *Gangues, galeras, chegados e rappers* (1999) o espaço urbano abriga um modelo de segregação diferente daqueles encontrados na maior parte das cidades brasileiras. Sua morfologia espacial é peculiar e tem como característica uma maior separação física entre os habitantes da periferia e do Plano Piloto. (...) O grande problema do DF é a segregação que se expressa na impossibilidade de ver e conhecer o outro, aquele que não é igual, acarretando uma espécie de "redoma" e uma "cidade protegida", onde os indivíduos não se cruzam. Os jovens nascidos ou criados na periferia sentem-se discriminados por várias razões: pelo fato de morarem na periferia, pela sua aparência e o seu vestuário, pelas dificuldades que isso impõe na busca de emprego e pela condição racial. (...) O seu discurso no Plano Piloto se dá a partir desse sentimento de ser o outro, de estar numa posição secundária na sociedade e de possuir menos possibilidades de trabalho, estudo e consumo, porque além de serem pobres sentem-se excluídos, desrespeitados e maltratados, vistos como diferentes e inferiores. Por essa razão, as percepções que têm sobre os jovens endinheirados são muito violentas e repletas de ódio. (...) Mais de dois terços (69,5%) disseram que a sua cidade é pior que o Plano Piloto. (...) Viver na periferia reduz as oportunidades de emprego porque cria estigmas.

Desta forma, a perspectiva antropológica desenvolvida por Velho (2000, p. 11-20) aponta:

As diferenças, são simultaneamente, a base da vida social e fonte permanente de tensão e conflito. (...) Uma das diferenças associadas diretamente à produção de tensão e conflito é a desigualdade social. (...) O quadro atual da sociedade brasileira é de dramática diferenciação e heterogeneidade de interesses, valores e linguagens. A ausência de um sistema de reciprocidade, minimamente eficaz, se expressa em uma desigualdade associada e produtora de violência. A impossibilidade de acesso da grande maioria das camadas populares a bens e valores largamente publicizados, através da mídia e da cultura de massas em geral, acirra a tensão e o ódio sociais. A inadequação de meios legítimos para realizar essas aspirações fortalece o mundo do crime. (...) Ou seja, a natureza do individualismo na sociedade brasileira vem assumindo características tais que a tornam palco de um capitalismo voraz com uma dimensão selvagem, relegando a segundo plano as referidas preocupações com equidade e reforma social.

Resultado de modelos de diferenciação e de separações sociais, percebe-se a intolerância para convivência entre os jovens de classes sociais diferenciadas, face à geografia da cidade que segrega cada um segundo padrões econômicos e culturais. Ademais, vislumbra-se até mesmo jovens com estes padrões parecidos disputando espaço entre si, favorecendo o aparecimento de grupos e gangues rivais.

Considerando que não apenas espaços pobres são mais violentos, vislumbra-se no DF, que no Plano Piloto, as brigas de gangues ocorrem em cada espaço por eles conhecido. Dividido em superquadras, o Plano Piloto beneficia o surgimento de grupos adolescentes rivais. Eles controlam a área e impedem que “adversários” atravessem o “território”. De acordo com Abramovay et al (2002, p. 96), as gangues são formadas por quadras, e seus integrantes são amigos e conhecidos de longa data, utilizam bebidas e drogas e divertem-se brigando e guerreando pelos territórios, utilizando artes marciais como instrumento. Elas servem como uma forma

de alguns jovens imporem respeito e causarem medo e também funcionam como proteção frente às ameaças de outras gangues.

Assim, segundo Waiselfisz (1998, p. 38):

em Brasília, a adesão dos jovens às gangues parece expressar um modo de se contrapor ao vazio de referentes que recorta o cotidiano da cidade. Elas formam verdadeiras organizações que se identificam com líderes e com territórios nos quais a circulação é apenas permitida entre os “enturmados”. O vazio, a falta de opções, as indefinições dos limites, a ausência de canal de participação política, a descrença na autoridade e na lei — temas deste trabalho —, têm, certamente, efeito na vivência dos jovens e parecem, muitas vezes, impulsioná-los para a prática coletiva da violência. Esses grupos juvenis articulados em torno de atos ilícitos dos mais variados tipos são habitualmente conhecidos no espaço público como desestabilizadores dessa esfera. São vistos como problemas sociais, como uma ameaça. No entanto, a capacidade desses jovens de se organizarem em torno de um interesse comum não tem sido devidamente canalizada para dar a essa experiência uma marca positiva.

Nas gangues dos subúrbios do Distrito Federal predominam os delinquentes e os pichadores; estes últimos surgiram no início da década de 80, os quais utilizam drogas e efetuam pequenos roubos e furtos.

Abramovay et al (2002, p. 109) enfatiza:

Segundo a literatura, o motivo pelos quais os jovens – tanto os homens quanto mulheres – aderem às gangues é a busca de respostas para as suas necessidades humanas básicas, como o sentimento de pertencimento, uma maior identidade, auto-estima e proteção, e a gangue parece ser uma solução para os seus problemas a curto prazo. Efetivamente, alguns jovens chamam atenção para o fato de as gangues se caracterizarem pelo forte elo que une seus integrantes, que se protegem, ajudam-se e brigam uns pelos outros. (...) Dessa forma, as gangues atraem adeptos na medida em que constituem laços de solidariedade e são caracterizadas por códigos de valores compartilhados, a partir dos quais os sujeitos individuais constroem identidades coletivas mediante a negação/rejeição das desigualdades do contexto social mais amplo no qual estão inseridos.

O fato é que por mais que a escola desenvolva o papel fundamental de inserção e proteção do jovem, esta não é suficiente para impedir a disseminação das

gângues. Pais e sociedade de um modo geral devem assistir o jovem em todas as atividades por ele desenvolvidas. Um dos motivos que leva o adolescente a fazer parte de gângues e ingressar no mundo do crime é a busca de respostas para suas reais necessidades, como a auto-estima e resgate da própria identidade.

Assim, as características psicossociais da adolescência juntamente com o crescimento desorganizado das cidades, a tendência ao agrupamento dos adolescentes em turmas, as denominadas gângues, a modificação ou anulação de padrões éticos básicos, entre outros, deram margem à percepção pela sociedade da existência de um fenômeno de violência subjetivamente identificado com a juventude.

De acordo com dados e pesquisa feita pela Comissão Permanente de Política Criminal do MPDFT (2002, p. 63):

possivelmente a adolescência é a fase de maior fragilidade psíquica do ser humano, pois o adolescente está mais inseguro de suas próprias capacidades e mais disposto a deixar-se levar por influências alheias, especialmente se estas provêm de outros adolescentes do grupo a que pertencem.

Afigura-se a necessidade de dar qualidade ao espaço urbano, revitalizando-o para oportunizar a composição de valores que permitam mecanismos aceitáveis na resolução de conflitos, de forma avessa à violência. É necessária a luta contra a existência dessa violência, transformada em poder simbólico, desvendando sua atuação e propósitos com o objetivo de eliminá-la.

1.2- Jovens: construção identitária, valores e cidadania

Segundo adverte Lima apud CURY, 2002, p. 373, “a adolescência é um período crítico de definição da identidade do ‘eu’, cujas repercussões podem ser de graves conseqüências para o indivíduo e a sociedade, pois representa uma fase crítica do processo evolutivo em que o indivíduo é chamado a fazer importantes ajustamentos de ordem pessoal e de ordem social”.

A adolescência é marcada por dúvidas e descobertas, pela busca de respostas aos anseios. É nesta fase que o indivíduo descobre e define sua personalidade. O foco central da adolescência baseia-se na procura e construção de uma nova identidade aliada às mudanças psicológicas e físicas. Nesta etapa, o indivíduo se depara com um universo social e cultural impositor de mudanças, para as quais muitas vezes não está preparado.

Ao jovem a necessidade de ser reconhecido, valorizado e aceito, destacando-se em suas relações a relevância dos benefícios simbólicos, afetivos, psicológicos e intersubjetivos.

Em contraposição, considerando a construção da realidade a partir dos interesses, valores de cidadania, expectativas e opiniões, vislumbramos atualmente o jovem mais voltado para questões próprias e descrente das instituições sociais, tendendo mais ao isolamento, e perceptivo à competição em suas relações sociais. (Revista Época, 2005, p. 76-78).

Abramovay et al (2002, p. 185) afirma:

(...) torna-se cada vez menor a efetividade dos mecanismos institucionais para atender às expectativas dos cidadãos. (...) O resultado é fragilização das instituições e normas sociais, a vulnerabilização do conceito de cidadania e a tendência dos indivíduos ao isolamento. Isso ocorre porque a coexistência

coletiva passa a ser marcado pelo receio, pela desconfiança, pela hostilidade.

Sendo imprevisíveis os atos e as suas conseqüências, as condutas conforme as normas tornam-se pouco racionais, levando à descrença nas próprias normas. (...) Os indivíduos procuram se proteger com os recursos que são capazes de controlar. No limite, passam a contar apenas com seus círculos sociais mais restritos ou estritamente consigo mesmos para solucionar as suas dificuldades e realizar os seus objetivos.

Afigura-se ainda, o descontentamento dos jovens com a imagem, a ânsia pelo “ser”, exteriorizado pelo “ter”, a priorização do “eu”, a falta e o sentimento pela necessidade de busca do quase que inalcançável.

Enfim, o império do individualismo, a fragilização dos laços solidários e a consagração da ausência de princípios básicos, sobretudo quando observa-se que às vezes as relações são marcadas por interesses de ofertas ou percepção de algo em troca.

Os conflitos ganham significados em espaços nos quais aliam-se contextos de ausência de valores éticos, de cidadania e reciprocidade associados à carências materiais para satisfação de desejos ligados ao consumismo, enquanto senha de inclusão social.

Assim, acompanhando Velho (2001, p. 11):

A reciprocidade é motor e expressão do social, há que reconhecer também que ela não é automática e que a impossibilidade da troca e de processos de reciprocidade pode gerar impasses socioculturais e erupções de violência dentro de grupos e sociedades ou entre eles.

Assim, as relações interpessoais tornam o convívio desfavorável, ensejando concomitantemente ciclos de vitimização e de reprodução da violência.

Abramovay et al (2002, p. 21) apontam que:

As parcelas excluídas e sem perspectiva de serem incorporadas não tem motivo nem fundamento para desenvolver qualquer solidariedade para com a sociedade como um todo. Já os grupos incluídos procuram se defender da ameaça representada por aqueles que não lhes são solidários. Nessas condições, incluídos e excluídos

apresentam tal diversidade das orientações cognitivas que é difícil que se fixem sentimentos de afinidade, compartilhamento e pertencimento social. Ademais, a severidade das condições de vida em ambientes de exclusão social produz tal contigüidade dos vínculos que limita ou impede até mesmo percepções ordenadas sobre a sociedade mais ampla.

O difícil acesso ao mercado de trabalho, é fator que altera a auto-estima do jovem e o faz pensar em outras formas de conseguir espaço na sociedade, de ser, enfim, reconhecido. Recebendo um estímulo forte para o consumo, sem modelos próximos que se contraponham ao que o crime oferece (o apoio, o sentimento de pertencer a um grupo, o poder que uma arma representa, o prestígio) um indivíduo em formação torna-se mais vulnerável ao ingresso na prática de atos infracionais.

Os objetos da moda convertem-se em um refúgio direcionado para vencer a frustração causada pelo sentimento de exclusão, firmando-se como imperativo necessário à auto-afirmação do indivíduo com o objetivo de construir modelos de identificação.

Segundo Velho (2000, p. 22):

O apelo ao consumo certamente atinge setores maiores da população, inclusive aqueles que não têm meios para realizá-lo. Os jovens bandidos não se 'conformam' com a vida pobre em vigoroso contraste com o consumo e riqueza que vêem na televisão e na vida real, cujos excessos também se contrariam a visão tradicional de reciprocidade.

Entretanto, existem pontos em comum entre os adolescentes, qualquer que seja a classe social: a busca pelo sucesso, reconhecimento social – muitas vezes exteriorizado pelo consumismo - desejo de liberdade, anseios, insegurança e imaturidade.

A integração de valores passa pela necessidade de um compromisso dos diversos setores sociais que influenciam na formação da personalidade visando

a oferta de um padrão de identificação pessoal de qualidade, com a prevenção da ocorrência de desvios e problemas de conduta futuros. A reinserção no que tange ao social exige o resgate de valores culturais, morais, afetivos e religiosos.

O jovem deseja ser amado, ser tratado com dignidade, respeito e de forma mais justa. Precisa acreditar que a vida vale a pena ser vivida, e que é possível realizar sonhos e construir projetos de vida.

CAPÍTULO II - O CENTRO JUVENIL ESPECIALIZADO (CAJE) E OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NO DISTRITO FEDERAL

2.1- Perfil dos internos

A análise do perfil dos adolescentes em conflito com a lei no DF, realizada à luz das realidades empíricas contextualizadas no sistema de internação do Centro de Atendimento Juvenil Especializado, inicialmente revela que a origem dos internos provém substancialmente das Regiões Administrativas mais humildes da cidade: Planaltina, Ceilândia, Samambaia e Santa Maria, conforme tabela abaixo relacionada. É praticamente nulo o número de internos provenientes do Plano Piloto. O ingresso na instituição ocorre por volta dos 14, intensificando-se a partir dos 16 anos.

Tabela 01 – Cidade-Satélite X Idade

DescriçãoDaRegião	13	14	15	16	17	18	19	20	Totais
0	0	0	1	0	1	0	0	0	2
AGUAS CLARAS	0	0	0	0	1	0	0	0	1
BRAZLÂNDIA	0	0	0	1	1	2	0	1	5
CEILÂNDIA	0	1	5	5	13	20	1	1	46
ENTORNO	0	0	0	2	3	4	3	1	13
ESTRUTURAL	0	0	0	2	2	1	1	0	6
GAMA	0	0	0	3	5	3	4	0	15
GUARÁ	0	0	0	1	0	1	1	0	3
NÚCLEO BANDEIRANTE	0	0	0	0	0	1	0	0	1
OUTROS ESTADOS	0	0	0	1	1	0	0	0	2
P.PILOTO	0	0	0	0	0	1	0	0	1
PARANOÁ	1	1	2	5	10	5	2	0	26
PLANALTINA	0	0	4	11	14	10	10	0	49
RECANTO DAS EMAS	0	0	1	4	5	5	6	1	22
RIACHO FUNDO	0	0	0	1	1	3	1	0	6
SAMAMBAIA	0	2	1	11	14	14	2	0	44
SANTA MARIA	0	0	0	7	7	12	4	1	31
SÃO SEBASTIÃO	0	0	2	4	2	6	1	0	15
SOBRADINHO	0	0	0	1	4	3	2	0	10
TAGUATINGA	0	0	0	1	4	4	3	0	12
VARJÃO DO TORTO	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Totais:	1	4	16	60	88	96	41	5	311

Fonte: GDF / Secretaria de Estado de Ação Social / CAJE – 2005.

A tabela 02 aponta os delitos cometidos pelos adolescentes infratores que se encontram no CAJE em cada cidade do Distrito Federal. Observa-se que

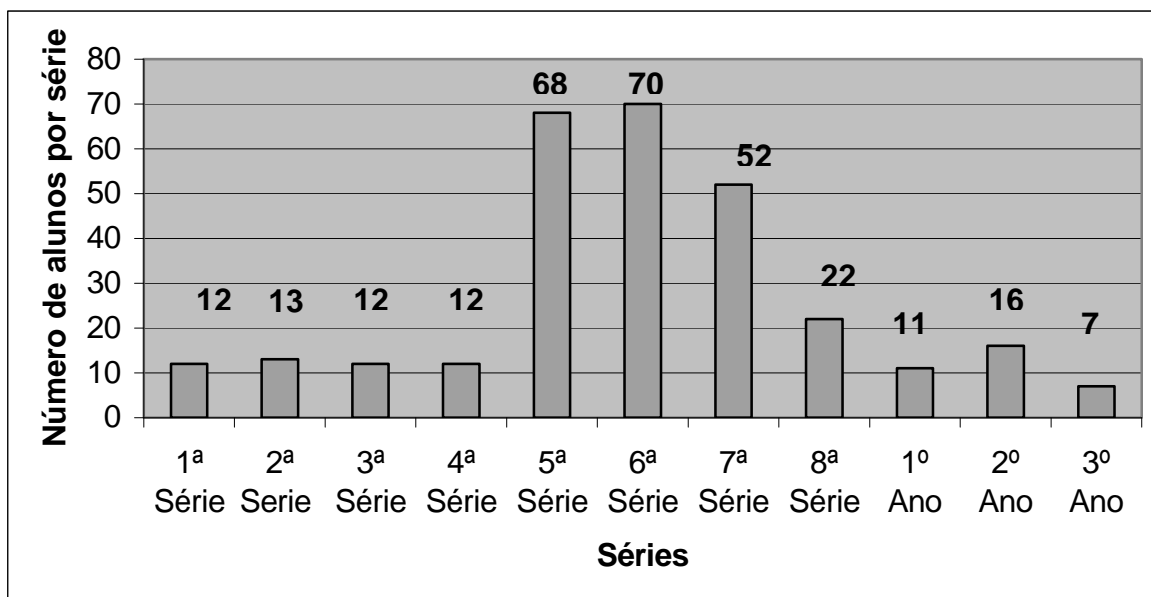
Tabela 03 - Ato Infracional X Idade

DescriçãoDoMotivoInternaç	13	14	15	16	17	18	19	20	Totais
AMEAÇA	0	0	0	0	0	0	1	0	1
ATENTADO VIOLENTO A	0	0	0	0	1	2	0	0	3
DANO	0	0	0	1	0	0	0	0	1
ESTUPRO	0	0	1	1	1	0	0	0	3
FALSIDADE IDEOLÓGICA	0	0	0	0	0	1	0	0	1
FURTO	0	0	0	1	7	7	0	0	15
HOMICIDIO	0	1	6	11	16	19	9	2	64
LATROCINIO	0	0	1	5	9	9	7	1	32
LESAO CORPORAL	0	0	0	1	1	1	0	0	3
MANDADO DE BUSCA E A	0	0	0	0	0	1	0	0	1
PORTE DE ARMA	0	0	2	7	5	9	2	0	25
PORTE DE TOXICOS	0	0	0	4	0	1	0	1	6
ROUBO	1	2	2	12	32	33	13	0	95
TENTATIVA DE FURTO	0	0	0	3	3	3	1	0	10
TENTATIVA DE HOMICÍDI	0	0	2	2	6	4	3	0	17
TENTATIVA DE LATROCÍ	0	0	1	7	3	3	1	0	15
TENTATIVA DE ROUBO	0	1	1	3	2	3	1	0	11
TRAFICO DE DROGAS	0	0	0	2	2	0	3	1	8
Totais:	1	4	16	60	88	96	41	5	311

Fonte: GDF / Secretaria de Estado de Ação Social / CAJE – 2005.

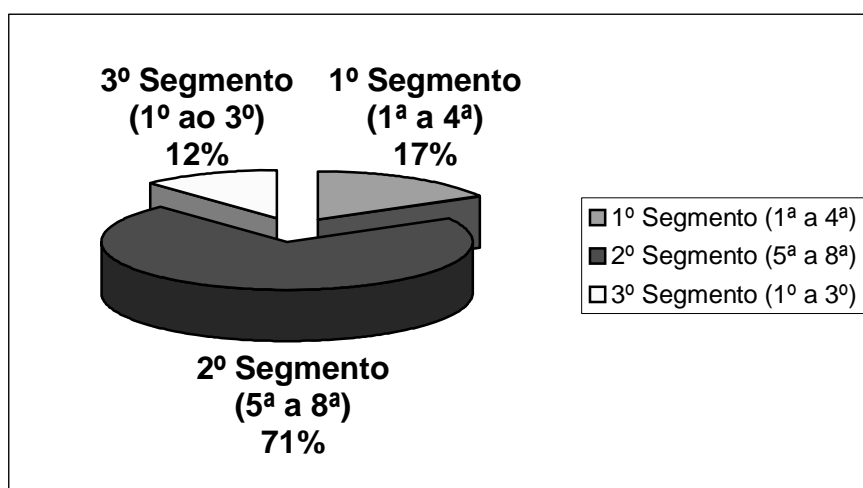
Analisando os dados sobre o motivo da internação e a idade em que foram cometidos os delitos, verifica-se que para o roubo, homicídio e o latrocínio, a faixa etária mais significativa para a prática é a dos 17 anos.

O gráfico 01 aponta o número de adolescentes do CAJE que se dedicam aos estudos. A maioria cursa entre a 5ª e 8ª série. Uma pequena parcela frequenta o Ensino Médio, fato que minimizam as perspectivas quanto às chances desses adolescentes, ao ficarem livres, se inserirem no mercado de trabalho, que exige qualificação acadêmica e profissional.

Gráfico 01 - Gráfico por Série – Total de 295 alunos

Fonte: CAJE – Setor de Informática - 2005

Gráfico 03 - Número de alunos do Cajé – por Segmento num total de 295 alunos



Fonte: CAJE – Setor de Informática - 2005

O quadro abaixo descreve um balanço geral sobre o perfil dos adolescentes infratores do CAJE. Os dados estatísticos e informações a seguir

apresentadas reforçam e corroboram a visão percebida através de visita realizada à instituição.

Quadro 01 – Informações gerais sobre os adolescentes infratores do Centro de Atendimento Juvenil Especializado

Tinham entre 14 e 15 anos quando da primeira internação	24%
Eram de cor parda	67%
Nasceram no Distrito Federal	87%
Tinham união estável, apesar da pouca idade	18,18%
Eram de alguma cidade do DF	97%
Oriundos do Entorno	3%
Estavam fora da escola antes da internação	42%
Andavam pelas ruas com os amigos em vez de irem às aulas	50%
Moravam com a mãe e os irmãos	30%
Andavam com os amigos das ruas	66,67%
Consideravam diversão beber, usar drogas e roubar	68%
Tinham amigos que estavam no Caje ou na Papuda	82%
Conheciam algum membro de gangues	58%
Tinham como ídolo a própria mãe	25,8%
Praticaram algum crime contra o patrimônio como roubo e latrocínio	60%
Roubam e usam o dinheiro para <i>curtir</i> (comprar roupas de marca, tênis caros, drogas, bebidas, armas e conquistar namoradas)	100%
Xingar a mãe de outro interno é infração gravíssima e pode resultar em morte dentro do Caje	30,67%
Morrer, matar, usar drogas e voltar a cometer delitos era seu futuro	44,78%
Índice de reincidência entre os internos	81,82%

Fonte: Gatti (Correio Braziliense, 20 de junho de 2005, p. 17)

Analisando os dados estatísticos, verifica-se que cerca de 60% dos internos do CAJE praticaram crimes contra o patrimônio, como furto, roubo e latrocínio. Não houve informações durante a pesquisa realizada na instituição, de

que o ato infracional proviesse de eventual situação de necessidade de sobrevivência. Os relatos conduzem a percepção de que apesar de originarem-se de famílias pobres, as mães, essenciais provedoras do sustento do lar, não permitem faltar o que é básico no dia-a-dia. Contudo, não dispendo os jovens de objetos de luxo, ingressam no mundo dos atos infracionais para conseguir o que a situação financeira familiar não é capaz de lhes ofertar: dinheiro, objetos da moda e diversão.

Levisky et al. (1997, p. 19) afirmam que os jovens são vulneráveis e suscetíveis às influências oriundas do meio social. Buscam fora do núcleo familiar aspectos que desejam incorporar à sua realidade pessoal ou outros, com os quais necessitam aprender a lidar e que constituem uma parte de seu eu, nem sempre bem integrada à personalidade.

Velho (2000, p. 20) enfatiza o vislumbamento da adesão de alguns adolescentes pobres à transgressão, sustentada na crença de que os riscos nela envolvidos são compensados por gratificações sociais, sendo a trajetória de trabalhadores modestos, repleta de dificuldades e frustrações, marcada pela pobreza, encarada como algo a ser negado e evitado.

A mudança na feição observadora e desconfiada dos jovens do CAJE é sensivelmente percebida, quando eles falam da expectativa de reencontrar novamente os parentes e os amigos, e o duro olhar é substituído pela expectativa de liberdade, revelando um jeito infantil ao expressar os sonhos para o futuro.

A liberação dos amigos também é motivo de felicidade. Na realidade, as ações do interno giram em torno da busca da liberdade, do contato com o mundo exterior. Este é sempre o objetivo imediato. Essa busca sugere a procura por pessoas que o ajudem a sair da instituição; deseja ser notado por quem de alguma forma possa auxiliá-lo no alcance dessa meta, quer ser visível, procura de várias

maneiras ganhar a confiança dos responsáveis pela custódia, ou daqueles que de alguma forma estejam envolvidos nesse processo. Enfim, a predominância do sonho de liberdade, a contagem do tempo e a esperança de boas notícias no sentido de sua liberação.

Entretanto, a mudança de vida não é fácil: aproximadamente 82% dos internos do CAJE são reincidentes e mais de 40% acreditam que não terão outra opção do que voltar à delinquência.

Ao traçarmos um referencial para associação das causas que possivelmente importam na prática do delito, o perfil do criminoso retrata um baixíssimo nível de sociabilidade, ou seja, de efetiva integração na sociedade, baixo desenvolvimento de valores relativos à cidadania, a ausência de valores espirituais, agregando-se às desigualdades sociais ocorrentes em sua maioria, as essenciais desigualdades de cada ser humano.

Aventam-se ainda as razões: a incapacidade de os organismos intermediários da sociedade para transmitir aos jovens o valor da vida humana, as drogas, violência estampada nos meios de comunicação, as desigualdades sociais, falta de oportunidades iguais, geradoras da frustração de sonhos. A maldade humana, simplesmente.

Ao adolescente infrator é imposto o convívio de quantos já implementaram normas, linguagem, e sanções próprias ao ambiente da internação e o poder discricionário de seus integrantes, sucumbindo mais uma vez sua liberdade.

Difícilmente os infratores aprendem a respeitar regras ou assumem responsabilidades na instituição, nem têm muita possibilidade de serem ajudados em seus problemas particulares, tais como adição a drogas, alcoolismo, temperamento explosivo ou angústias. Ao contrário, as internações têm,

provavelmente, um poder desumanizante bastante forte, reduzindo as qualidades e compaixão humanas.

Desta forma, os internos diversas vezes se mostram racionais e não emotivos, esforçando-se para passar uma imagem de conforto, poder, falta de sentimentos, egoísmo e autogratificação, comportamento que atua no sentido de reduzir ainda mais a individualidade do detento.

Os internos reivindicam a falta de um efetivo canal de comunicação com as autoridades diretoras da instituição com o propósito de repassar as deficiências por eles percebidas na instituição comprometedoras de seu processo de ressocialização, tais como violência, maus-tratos, riscos, desconfortos vivenciados na estrutura e no atendimento, relatos em geral sobre a rotina, ou seja, Direitos Humanos básicos negados, gerando sentimentos de insensibilidade e humilhação, inviabilizando condições mínimas para cumprir com dignidade a medida de internação imposta.

Embora ciente de que a prática de atos infracionais não compensa, incomuns são os relatos de arrependimento, e sim a consciência de estar contra o sistema, devendo, portanto, “pagar” pelo erro. O fato é que a internação anula a capacidade de iniciativa, a estima e o pouco que resta de valores morais e éticos.

Percebem como frustrada a experiência da oportunidade para refletir sobre os atos infracionais, supostamente oferecida visando uma reconstrução de vida e conseqüente ressocialização. Desaparecendo expectativas de mudanças positivas em relação ao futuro, intensifica-se o sentido da exclusão.

2.2- Perfil institucional

O CAJE, unidade ressocializadora situada na Capital Federal, compõe-se de uma grande área verde, cercada por duas grades de grande comprimento, encontrando-se dividido em corredores e alas.

O critério adotado para a separação dos internos no CAJE, inicia-se pelo estudo do perfil da compleição física, compreendendo especialmente os provenientes da cidade de Planaltina, integrantes de gangues, realidade local que contempla fortes e inúmeras divergências. Em seguida, o critério de faixa etária, abrange os maiores entre 18 e 21 anos, e após os menores de idade. Feita a separação, visando o resguardo da segurança pessoal do interno, há a inclusão do local “seguro”, para os casos em que há grande repercussão social, em graves casos de rivalidade, para os crimes sexuais, em que há perigo de estupro como forma de reprovação à conduta infratora, os que envolvem sentimentos pelo homicídio de pai e mãe, enfim, sempre que possa haver comprometimento à sua integridade física.

Os internos usam uniforme, composto de blusas claras e bermudas azuis. Os garotos têm o cabelo semi-raspado; as garotas enfeitam os cabelos e pintam os olhos. Os internos utilizam um código de honra, além de linguagem própria. Fica a cargo dos funcionários desvendá-los para, muitas vezes, impedir conflitos na instituição. As regras, quando desobedecidas podem resultar em mortes. Os conflitos podem ocorrer devido a dificuldade de adaptação à instituição, pela própria convivência com os confinados.

Os quartos são coletivos e estão em situação precária. As camas de alvenaria são insuficientes à acomodação dos ocupantes, utiliza-se, então, colchões no chão. Todos os quartos alas têm um chefe, que pode ser o mais velho, o mais “forte” ou o de maior periculosidade.

Os companheiros de quarto compartilham roupas, objetos de higiene pessoal e equipamentos eletrônicos. Porém, se algum interno entrar em determinado quarto e pegar algo sem pedir permissão, é roubo e pode acarretar em morte.

Há um código de honra entre os internos, bem como linguagem própria. Resta aos funcionários saber desvendá-los para melhor administrar os conflitos que surgem no estabelecimento institucional, regras. Conflitos advindos da dificuldade de adaptação ao espaço da instituição, aceitação pela convivência entre os internos (origem, hábitos, atitudes, virtudes e vicissitudes), problemas de rejeição, perda, tolerância para aceitar disciplina e em geral mudanças pessoais necessárias ao cumprimento do objetivo de seu reenquadramento social.

A situação dentro do CAJE parece um estopim prestes a explodir a qualquer momento, como já tem ocorrido inúmeras vezes. Os internos relatam que se sentem inseguros dentro da instituição, afirmam que correm muitos riscos, e que em nenhum momento se sentem mais protegidos. Há inúmeros casos de assassinatos de internos dentro da própria instituição.

O fato é que a capacidade do CAJE é de 190 internos, no entanto mais de 300 adolescentes cumprem medidas sócio-educativas na instituição. São várias as dificuldades relacionadas à realização das atividades de ressocialização: falta de espaço, face à arquitetura das instituições; a indisponibilidade de recursos humanos e materiais adequados ao objetivo; a incerteza quanto às perspectivas pós-internação.

Contudo, as atividades educativas no âmbito da instituição é fundamental, a fim de oferecer perspectivas para sua reinserção na sociedade, por meio da profissionalização e da perspectiva de emprego digno. O objetivo não se resume a retirar o jovem da ociosidade, mas também a abrir perspectivas de sua

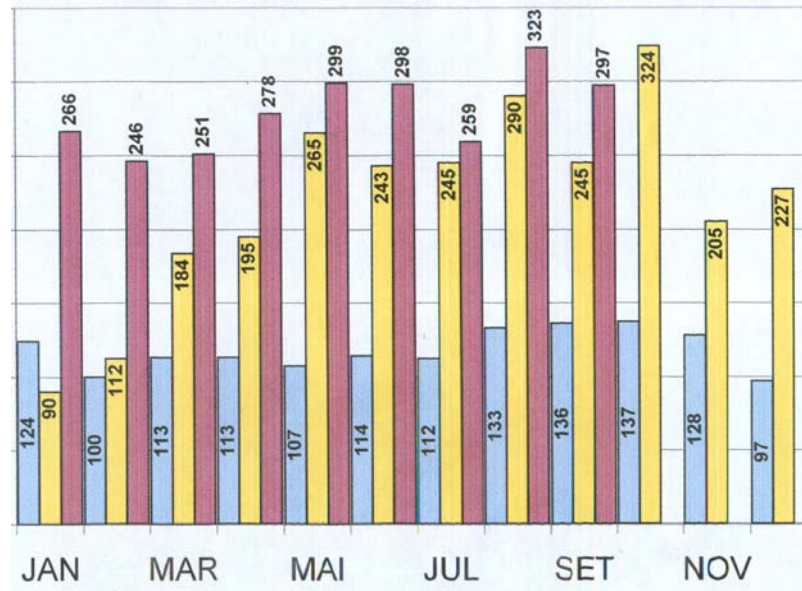
inserção futura na sociedade, por meio da profissionalização e da perspectiva de emprego digno. A atividade é essencial para ocupar a mente inquieta.

O processo educativo busca o reintegrar, e em face de obstáculos que não de superar, afasta-se das tendências naturais e delituosas e re-direciona sua energia em caminho diverso. As artes constituem um recurso importante no processo educativo, na medida em que representam veículo da expressão de sentimentos e despertam habilidades até então ainda desconhecidas, oportunizando ao interno expressar seu mundo, seu cotidiano.

A religião tem relevância no processo de regeneração e reintegração dos internos. A confiança concentra-se essencialmente na família e amigos mais próximos. É nítida a falta de credibilidade na Justiça e suas instituições. Há desconfiança dos governantes, políticos, juízes, promotores, advogados, monitores da instituição, companheiros de internação, eis que vistos com reservas.

Ao final do cumprimento da medida de ressocialização, o sentimento das “marcas deixadas pelo sistema” e a necessidade de aferição dos aspectos pós-internação, tais como, preparação para o trabalho, oportunidades, sustento.

O gráfico 03 aborda o número de internações de janeiro de 2003 a setembro de 2005, considerando-se os três períodos: 2003, 2004, 2005. Em 2003, o número de internações ficou entre 97 e 137. Em 2004, o número de internações chegou a 324 em outubro, havendo uma queda para 227 em dezembro, tendo iniciado o mesmo ano com 90 internações. Em 2005, os números são preocupantes, pois o número chegou, em setembro, a 297 internos, não havendo, em nenhum mês, uma baixa significativa. Isso demonstra que o número de internações vem subindo assustadoramente. O estado ainda não apresenta-se como crítico, mas é preocupante.

Gráfico 03 - Número de Internações – 2003/2005**Legenda**

2003 (1414)	2004 (2625)	2005 (2517)
-------------	-------------	-------------

Fonte: GDF / Secretaria de Estado de Ação Social / CAJE – 2005

CAPÍTULO III - AS POLÊMICAS PROPOSTAS SOBRE A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

As polêmicas propostas sobre a redução da maioridade penal brasileira traduzem em si um intenso debate, dividindo as mais diversas opiniões. Por um lado, representam a indignação social com os indicadores da violência urbana segundo o qual já seria cabível a imputação penal a partir dos 16 anos.

Por outro, conduzem a preocupação com a formação dos jovens, firmando-se no sentido da manutenção das atuais regras de responsabilização dos menores em conflito com a lei, como melhor estratégia a ser adotada.

As opiniões favoráveis à redução da maioridade penal para 16 anos recorrem aos argumentos de que os menores são utilizados pelo crime organizado para acobertar suas ações, tratando-se esta redução de uma decorrência lógica da evolução das relações sociais neste início de século XXI e da maturidade precoce que os jovens atualmente adquirem, bem como a ampla divulgação do envolvimento de adolescentes em crimes através dos meios de comunicação e, sobretudo, pela possibilidade de importantes decisões no exercício da cidadania, através do voto.

Os defensores do Estatuto da Criança e do Adolescente defendem que o centro da problemática não está na lei em si, mas na aplicação falha que se faz dela. Na argumentação destes, se a aplicação do ECA ocorresse de maneira adequada, as próprias medidas previstas na legislação seriam suficientes para ressocializar os jovens que praticassem atos infracionais.

A problemática dos jovens em conflito com a lei não apresenta uma causa específica, nem possui uma resolução simplista. Afere-se que a apresentação de propostas, a qualificação de debates e tomada de decisões comprometidas com os direitos e o resgate da cidadania dos jovens, passa necessariamente pelo conhecimento, vivência e aproximação da realidade, buscando, sobretudo, a compreensão de fenômenos sociais, como a própria delinquência juvenil.

Com relação à redução da maioridade penal, assim dispõe a Exposição de Motivos do Código Penal (2000):

Trata-se de opção apoiada em critérios de Política Criminal. Os que recomendam a redução do limite, sob a justificativa da criminalidade crescente, que a cada dia recruta maior número de menores, não consideram a circunstância de que o menor, ser ainda incompleto, é naturalmente anti-social na medida em

que não é socializado ou instruído. O reajustamento do processo de formação do caráter deve ser cometido à educação, não à pena criminal. De resto, com a legislação de menores recentemente editada, dispõe o Estado dos instrumentos necessários ao afastamento do jovem delinqüente, menor de 18 anos do convívio social, sem sua necessária submissão ao tratamento do delinqüente adulto, expondo-o à contaminação carcerária.

A determinação da maioridade penal em 18 anos refere-se a critérios para melhor execução de Política Criminal, pois a Criminologia destaca a finalidade de prevenção e repressão da criminalidade, não submetendo crianças e adolescentes ao sistema prisional comum destinado aos adultos. Não supõe impunidade aos jovens, mas tão-somente que não se pode imputar responsabilidade frente à legislação comum. Contudo, pode-se atribuir responsabilidade, baseando-se nas normas do Estatuto da Criança e do Adolescente, através das medidas sócio-educativas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente acolhe a Doutrina da Proteção Integral, tratando-os indistintamente, como prioridade absoluta, considerando-os como cidadãos, com direitos pessoais e sociais garantidos, de acordo com as Diretrizes Internacionais sobre os Direitos correlatos.

Opina-se que as medidas sócio-educativas são brandas e flexíveis. Entretanto, a diferença consiste em seu caráter pedagógico e na preocupação relacionada à recuperação, ressocialização e reintegração do menor delinqüente à sociedade, utilizando-se de alternativas, não coincidentes com a pena de prisão. Além disso, as garantias constitucionais baseiam-se na concepção de criança e adolescente como sujeito de direitos e na afirmação de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

As polêmicas sugestões de redução da maioridade penal possuem diversos ângulos e concepções, manifestando-se em diversos segmentos e

contextos sociais, despertando a atenção da mídia, da opinião pública e dos operadores do Direito.

3.1- A influência da mídia na construção do senso comum quanto à redução da maioria penal

Importante, a princípio, é direcionar a discussão para as representações sociais, presentes na consciência da população, analisando como o senso comum reclama medidas que acreditam serem resolutivas ao combate à delinquência juvenil, observando seu caráter, suas proporções. É como afirma Luckesi (1994, p.96):

O senso comum é um modo de compreender o mundo, constituído acrítica e espontaneamente, que se traduz numa forma de organizar a realidade, as ações diárias, as relações entre as pessoas, a vida como um todo. O seu caráter acrítico decorre exatamente do fato de as visões que o compõem não terem vinculações efetivas com os elementos da realidade, já que o efetivo desvendamento da realidade produz o senso crítico.

A sociedade civil comporta-se em relação ao problema atribuindo exclusiva responsabilidade ao menor infrator, excluindo-se de sua participação efetiva na resolução das questões da violência e insegurança.

O alerta e a divulgação pela mídia para o aumento da violência é constante, mostrando a imagem sobre a responsabilidade dos adolescentes infratores pelo crescimento desses índices, fazendo com que o senso comum reclame medidas urgentes de modificação na legislação acerca da responsabilização penal dos jovens infratores, criando convicções que ficam impregnadas na consciência de todos, gerando uma visão preconceituosa e reacionária face ao adolescente em confronto com a lei.

A mídia impõe padrões de comportamento (vestir, falar, ser), atuando no sentido de construir identidades, mostrando e ditando tendências que alcançam os jovens. É relevante observar que esses modelos para serem atingidos, podem encaminhar à construção de desvios pelos adolescentes, com negativa influência em transgressões a serem cometidas, visando sua inclusão social.

Esses mesmos meios de comunicação, atuantes na construção desses paradigmas, trata-se da mesma fonte que representa os casos da participação desses jovens nessas transgressões, utilizando-se de um discurso ambivalente.

Ademais, é óbvia a diferença de tratamento dispensado pela mídia aos adolescentes infratores segundo a origem de classe social. Aos jovens pertencentes às altas camadas sociais, observa-se mais a influência de fatores externos na análise das causas que determinaram a realização da transgressão à lei, relacionando-a ao envolvimento com drogas, o envolvimento com más companhias e a permissividade familiar. Surge a denominação de “filhos da classe média e alta”, sugerindo a resolução com especializado saneamento desses transtornos causadores do desvio de comportamento.

Contudo, aos jovens que pertencem a humildes origens, sobressaem as designações “menores”, no sentido pejorativo, ou ainda “bandidos”, merecendo serem retirados do convívio social e severamente penalizados, ressaltando-se as características de maldade imanentes ao indivíduo.

A exposição metódica de que os jovens atualmente apresentam maturidade desenvolvida de modo suficiente para responder pela prática de seus atos em razão das facilidades de acesso à informações alcançadas pelos inúmeros meios de comunicação disponíveis, merece ser questionada face à qualidade com que são alcançados, não se esquecendo que é possível exercer característica

influência deturpadora na estruturação de personalidades ainda não definidas, ou seja, em desenvolvimento.

A falta de oportunidades, e as escassas condições de melhores perspectivas em sua situação social, visualizam apenas a qualidade precária de sobrevivência, reproduzindo-se constantemente a situação, criando-se um ciclo interminável da violência.

Cotidianamente, a violência pode ser demonstrada com a indiferença social, visualizada com a atitude de motoristas abordados nos semáforos pelas crianças e artistas de rua em relação à essa triste situação, aflorando o desejo e a aprovação de que sejam eliminados por policiais nas ruas em chacinas ou sejam recolhidos às instituições responsáveis para as providências competentes.

Desta forma, é comum ao cidadão rezar para o semáforo abrir rápido, para se ver livre da incômoda situação de ser abordado, restando a falsa impressão de, ao deixar para trás o local, estar deixando ali também o problema, ignorando que a situação é mais complexa do que se percebe, e nos acompanha em nosso dia-a-dia.

Por conseguinte, os segmentos sociais tornam-se vítimas e culpados pelos seus próprios atos e preconceitos. São comuns as exigências para acabar com a situação que os vitimiza. Por outro lado, visualiza-se um comportamento inoperante e conformista perante a situação, ao não adotarem providências para minimizar as causas que a determinam, nem cobrarem uma postura austera das instituições responsáveis.

Quanto mais cumplicidade houver por parte da vítima, maiores serão as suas resistências aos trabalhos de prevenção e conscientização desse processo de vitimização. A vítima, que é quem deveria ser o 'carro-chefe' na busca de reformulação, resiste, ainda que inconscientemente, a mudanças, por força de sua cumplicidade nessa relação, pesem suas

manifestações de desconforto, descontentamento e revolta. Quando, eventualmente, se insurge contra seu papel, não é incomum fazê-lo de forma perversa, não consciente do significado de todo esse processo, e assumindo o papel de agressor, o que simplesmente realimenta e perpetua o processo de vitimização. (Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 1996, p. 17)

A problemática manifesta-se na forma como a questão da delinquência de menores é levada à sociedade, sobretudo pela mídia e órgãos da justiça, não o fazendo de acordo com o levantamento das causas e conseqüências advindas da realidade, mas sim de acordo com o julgamento dos atos cometidos que, por vezes, surpreendem o meio social.

O senso comum produz a interpretação de um estereótipo que retrata o modelo da criança ideal: saudável, dócil, sem vícios, obediente, enfim, uma projeção futura de infinitas virtudes. Frustrada a concepção do modelo retratado e tão sonhado, inicia-se a busca pela sua “transformação”, sendo depositada toda a solução para a frustração nas instituições de confinamento, onde, não encontrando os mecanismos de integração, acabam por encontrar os estigmas que consagram definitivamente sua exclusão social. Nesse sentido, indaga Del Priore (1999, p. 15): “Será que em uma sociedade historicamente pobre e vincada pela mestiçagem quanto pela mobilidade social, é possível construir tal modelo de criança?”.

O que Del Priore enfatiza é a questão da representação social, como explica Jovchelovitch (2000, p.78):

Construir representações sociais, então, é um processo social que sempre ilumina a subjetividade que as constrói. A forma como os sujeitos sociais representam a realidade dada, o conteúdo – as práticas e os símbolos – que eles encontram para dar forma a estas representações envolve, também, a apresentação de uma identidade e de uma interpretação possível sobre a vida social.

É comum observar a revolta das pessoas com relação à prática de atos infracionais, caracterizando o senso comum, causa de tais representações sociais. Conseqüentemente, a violência estereotipada acaba por influenciar na formação de concepções direcionadas à estigmatização e ao preconceito, ocorrendo uma total indiferença social, onde se clama mais pelo extermínio ou prisão desses adolescentes infratores, do que por sua ressocialização e integração à sociedade.

Segundo Velho (2000, p. 37-38) o que há de comum entre os sentimentos de evitação e indiferença, talvez seja a dissolução da ética do compromisso comum a ambos quando dizem não à participação, consistente em uma espécie de pleito “cidadão” pelo direito de ir e vir, à diversão, ao consumo sem ser importunado, criar os filhos, comprar o carro do ano sem ser molestado, tudo isso avivado por recentes incursões turísticas à Europa, onde essa gentinha não importuna ninguém.

As concepções que se têm de determinado fato apresentam-se mediante a construção da opinião pública e seu poder de persuasão. Assim, o clima de insegurança retratado pela mídia, no que tange à violência criminal, assegura a manutenção do ideal dominante, dominadora de legitimidade para decidir e “julgar” aquele que oferece perigo à sociedade e qual o melhor caminho para eliminá-lo visando pela efetivação da segurança pública.

Segundo Baratta (2002) ocorreu uma mudança de paradigma do pensamento criminológico no momento em que se passou a reconhecer que a criminalidade é, também, construída pelos meios de comunicação.

De acordo com Michaud (2001, p. 49-50) “não são tanto as violências efetivas que contam, mas sim o que delas ficamos sabendo e imaginamos... O que

conta não é a realidade vivida, mas o que ficamos sabendo e o que a mídia deixa ver”.

Pastana (2003, p. 130) afirma não ser possível dar legitimidade à “opinião pública”, pois pública é apenas a sua propagação, expressando que “[...] essa opinião não traduz o pensamento de toda a sociedade, e mesmo aqueles que comungam desta opinião podem estar reproduzindo uma ideologia de dominação”.

A execução de atos infracionais, por meio de violência ou grave ameaça, envolvendo a morte de jovens da classe média e alta, destaca o tratamento dado pela mídia aos casos, fazendo gerar profundo sentimento de comoção social, merecendo ênfase e destaque por vários dias. No entanto, nos subúrbios, os adolescentes morrem diariamente, muitas vezes não aparecendo ou não havendo destaque nos jornais, representando, muitas vezes, um alívio para a sociedade a anulação que gera a morte desses jovens. Jovchelovitch (2000) aborda o poder atual da mídia sobre as representações sociais:

A análise do conteúdo dos jornais e revistas sugere um sistema coerente de representações presentes na imprensa. De um lado, este sistema se nutre de padrões culturais e elementos históricos da sociedade brasileira e, nessa medida, reproduz sentidos que fazem parte do imaginário social do país. De outro lado, a mídia difunde e transforma estas representações pelo próprio ato de pô-las em circulação. Em meio a conversações cotidianas, a rumores e comentários que se produzem quando sujeitos sociais apropriam o conteúdo da mídia, este sistema representacional se abre para possível transformação.

Baratta (1994, p.21), enfatiza que há um perfil presente no senso comum que é fortemente reforçado pela Mídia, recaindo sobre as estratificações sociais mais humildes, sendo estes os “clientes preferenciais” do sistema penal. Desta forma, a desigualdade social encontra justificativa, no sentido de que “os menos privilegiados teriam, na sociedade, o lugar que merecem”.

A discussão sobre a redução da maioridade é amplamente explorado pela mídia, dificilmente chegando a um ponto comum e esquecendo-se de discutir sobre o sistema ressocializador no país e o próprio conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Chama-se especial atenção para a necessidade de comoção social, para a resolução das tragédias cotidianas, o despertar para a solução de problemas que incomodam a sociedade, as representações coletivas, presentes no imaginário da população, sem a devida análise do contexto social do delinqüente, das contribuições próprias à situação e os reflexos que possivelmente recaem em si própria.

3.2- Percepção dos juristas quanto à redução da imputabilidade penal

A maioridade penal, segundo o sistema jurídico vigente, se dá aos 18 anos de idade. Essa norma encontra-se inscrita no artigo 27 do Código Penal; no artigo 104 *caput* do Estatuto da Criança e do Adolescente; e no artigo 228 da Constituição Federal.

De acordo com Jorge (2002), o legislador manteve-se fiel ao princípio de que a pessoa menor de 18 anos não possui desenvolvimento mental completo para compreender o caráter ilícito de seus atos, ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, erigindo, inclusive, o dogma constitucional (CF, art. 228). Adotou-se o sistema *biológico*, em que é considerada tão-somente a idade do agente, independentemente da sua capacidade psíquica.

Saraiva (1998, p. 157), grande defensor do Estatuto da Criança e do Adolescente como a mais eficaz legislação para a reintegração do adolescente

infrator à sociedade, indaga se a solução no combate à criminalidade, em especial nos grandes centros urbanos, passa pela redução da idade de imputabilidade penal hoje fixada em 18 anos. Ele apresenta argumentos que suscitam dúvidas quanto à redução da imputabilidade, pois, para é cada vez mais crescente o número de adultos que utilizam os adolescentes em suas ações criminosas para serem acobertados e que isso impede a efetiva e eficaz ação policial.

Bitencourt (2004, p. 45) enfatiza o tema referindo àqueles que preconizam a redução do limite, sob a justificativa da criminalidade crescente, que a cada dia recruta maior número de menores, e que não consideram a circunstância de que o menor, ser ainda incompleto, é naturalmente anti-social na medida em que não é socializado ou instruído. O reajustamento do processo de formação do caráter deve ser cometido à educação, não à pena criminal.

Dallari (2001, p.72) afirma que a redução da idade de responsabilidade penal trará mais prejuízos do que benefícios à sociedade, pois jogará definitivamente no mundo da criminalidade, adolescentes que, se receberem a aplicação das medidas sócio-educativas, inclusive privação da liberdade nas condições previstas na lei, estarão sendo preparadas para a convivência pacífica e respeitosa.

Massa (1993, p. 126-127) argumenta que é dever dos que se incumbem da abordagem jurídica do tema separar minuciosamente as verdades das crenças e verificar as conseqüências da implantação das sugestões ora analisadas no universo das crianças e dos adolescentes, na sociedade como um todo e na estrutura do Estado, em face dos deveres constitucionais e das possibilidades efetivas. Esse procedimento preliminar torna-se necessário na medida em que o

impacto desejado da norma penal na sociedade deve ter correspondência com a efetividade material e eficácia alcançadas.

De acordo com Bitencourt (2004, p. 44), para se admitir a redução da idade para a “responsabilidade penal”, exige-se competência e seriedade, aspectos nada comuns no tratamento do sistema repressivo penal brasileiro com um todo. Antes de punir o menor que é usado como instrumento da prática criminosa, deve-se ampliar a punição exatamente do maior que utiliza daquele para alcançar seu desiderato criminoso.

Sady (2003, p. 66) apud D’Urso (2003) sugere que a criança e o adolescente com idade entre 12 e 18 anos precisariam ser submetidos a um exame multidisciplinar, que obedeceria a um “critério biospsicológico”, para avaliar se eles “entenderam o caráter criminoso de sua conduta”. Se o adolescente já possui um desenvolvimento físico e mental suficiente, deveria responder por seu ato criminoso, como se fosse maior.

3.3- Percepção dos funcionários do CAJE quanto à redução da maioridade penal

Os funcionários do CAJE foram questionados a respeito da necessidade da implantação das propostas de redução da maioridade penal. Informaram sobre a possibilidade de que com a redução da maioridade penal os jovens se sentiriam atemorizados apenas no princípio, mas que após, o processo representaria o passaporte para que, cada vez mais cedo, se iniciassem em instituições congêneres.

Afirmaram ainda, que a verdadeira política de implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o apoio dos setores sociais às casas de semi-liberdade e o suporte estrutural às famílias dos internos, constituem o caminho para o alcance das metas pertinentes à ressocialização. Sustentam, ainda, tratar-se a juventude de um período de formação, amadurecimento e desenvolvimento pessoal, carecedor de investimentos.

Para os crimes mais graves, alternativamente à simples proposta de redução da maioridade de 18 para 16 anos, acreditam ainda dever viabilizar-se um estudo do Estatuto para aplicação de medidas e procedimentos diferenciados, a fim de proporcionar a ressocialização e pronta resposta aos clamores sociais. Não obstante, acreditam que dependendo do rigor a ser aplicado, os setores da instituição responsáveis pela ressocialização destes adolescentes em especial, possivelmente poderiam temer represálias, advindas do comportamento dos internos, comprometendo a ordem do estabelecimento institucional.

De acordo com as informações prestadas pelo assessor da direção do CAJE, Sr. Edilson Carlos Guimarães, “busca-se a cada dia, a melhoria no atendimento, visando garantir o objetivo da ressocialização dos internos”. Não obstante, enumerou as dificuldades que reduzem o pleno alcance dessas metas, tais como a capacidade de lotação e o número de atendimentos hoje realizados, a dificuldade na separação dos internos segundo os critérios legais, sobretudo nos casos de ocorrência de rivalidade entre os infratores. Há o comprometimento do desenvolvimento satisfatório das atividades ressocializadoras, sendo insuficientes para um bom atendimento, face à deficiência no espaço físico, na carga horária e no quadro pedagógico, eis que precisam ser implementadas em períodos diversos.

Segundo as assistentes sociais, Simone e Marisa, atendentes da ala M4, a estrutura para o atendimento ressocializador ainda é precária. Citam a deficiência no atendimento das oficinas, a carência de tratamento para atender dependentes químicos, suporte estrutural às famílias dos internos. Apontam a falta de imposição de limites aos jovens e a perda de autoridade dos pais para com os filhos como fatores de causa que conduzem à prática de atos infracionais. Acreditam que a discriminação do tempo de internação deveria variar segundo o tipo de infração, devendo ser levados em consideração o comportamento e a estrutura familiar.

CAPÍTULO IV - O DISTRITO FEDERAL E A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: UMA ADEQUADA PROPOSTA À SOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE JUVENIL?

Considerando a estrutura disponível na unidade ressocializadora do DF, visando a superação da fase de transgressão para a ressocialização, desperta o questionamento: estariam realmente os adolescentes infratores acobertados pela denominada “benevolente lei de proteção a pequenos transgressores”?

Vejamos que suas vozes encontram-se tomadas pela mídia, pelos apelos sociais de agravamento de punição e pelas autoridades estatais, vivenciando na internação o domínio e a exclusão da liberdade de pensamento, expressão de sentimentos e o medo de represálias em geral, gerando estados de revolta e tensão no estágio de confinamento.

Afinal, quem será mais vítima? A sociedade civil ou os adolescentes infratores?

A sociedade civil através de seus atos e preconceitos torna-se reprodutora de violência. Simultaneamente, ocorre o processo de vitimização, eis que figura como agente determinante da reprodução de criminalidade, quedando-se por vezes inerte diante da situação impositora da necessidade de ações negativas, visando a sua extinção.

Os adolescentes infratores reproduzem criminalidade à ocorrência de desestruturação em algum dos pilares básicos de sua formação: família, escola, comunidade e mídia, que uma vez acrescentando ao panorama da delinquência contribuem negativamente ao seu combate. Ademais, tornam-se vítimas diante dos estigmas, sentimentos de dominação e poucas expectativas quanto aos seus direitos, que consagram definitivamente sua exclusão.

Abrahamsen, citado por Manzanera afirma que:

“criminoso e vítima atuam um sobre o outro inconscientemente. Podemos dizer que, da mesma forma que o criminoso modela sua vítima, esta modela o criminoso... A lei distingue com toda clareza o agressor da vítima. Porém, na realidade esta relação pode ser, e freqüentemente o é, de estreita intimidade, de

modo que os papéis se invertem e a vítima passa a ser o agente determinante, enquanto que o vitimário converte-se em vítima de si mesmo” (Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 1996, p. 17).

Ademais, verifica-se o total descompasso entre as diretrizes da política criminal, os documentos que consagram os direitos e deveres das crianças e adolescentes e a realidade. Há uma enorme distância entre o ideal traçado pelas organizações internacionais, não governamentais e autoridades e o mundo real cotidianamente por eles vivenciado.

A origem dos adolescentes internos do CAJE revela expressivamente a exposição ao ingresso na instituição a que os jovens de classes menos favorecidas estão sujeitos. O fato percebido retrata o fenômeno da seletividade pertinente ao sistema penal.

Segundo Baratta (2002, p. 161), a criminalidade é um “bem negativo”, distribuído desigualmente, conforme a hierarquia dos interesses fixada no sistema sócio-econômico e conforme a desigualdade social entre os indivíduos”.

Importa mencionar a ação estigmatizante dos órgãos oficiais de controle social da delinquência e o público na orientação de estereótipos utilizados na operacionalidade perscucional². Idade, raça, vestuário e comportamento são fortes elementos influenciadores neste processo.

Velho (2000, p. 40) apud Baratta afirma que a criminalidade não é um “dado natural”. Ela é socialmente construída através de processos de comunicação social e de mecanismos seletivos das reações sociais e oficiais”.

² Segundo Baratta (2002, p. 86) esta direção de pesquisa parte da consideração de que não se pode compreender a criminalidade se não se estuda a ação do sistema penal, que a define e reage contra ela, começando pelas normas abstratas até a ação das instâncias oficiais (polícia, juízes, instituições penitenciárias que as aplicam), e que, por isso, o *status* social de delinqüente pressupõe, necessariamente, o efeito da atividade das instâncias oficiais de controle social da delinquência, enquanto não se adquire esse *status* aquele que, apesar de ter realizado ação daquelas instâncias. Portanto, este não é considerado e tratado pela sociedade como “delinqüente”. Neste sentido, o *labeling approach* tem se ocupado principalmente com as reações das instâncias oficiais de controle social, consideradas na sua função constitutiva em face da criminalidade. Sob este ponto de vista tem estudado o efeito estigmatizante da atividade da polícia, dos órgãos de acusação pública e dos juízes.

É perceptível que quanto à ressocialização do adolescente infrator, tal teoria apresenta-se praticamente utópica. Segundo Mário Volpi, Oficial de projetos do Unicef, o maior exemplo do quanto o ECA não vem sendo cumprido é o CAJE. E denuncia: “Aquilo ali é um presídio para adolescentes, não recupera ninguém. As medidas sócio-educativas nunca foram aplicadas lá dentro”. (Campbell, 2002, p.28)

Cumpre diferenciar os motivos, os fatores e circunstâncias que provocam a conduta delinqüente dos jovens, face aos diferentes níveis sociais, a segregação de camadas bem marcantes, visíveis na Capital Federal, importando conhecer o indivíduo, saber sua origem e o que determinou a sua atuação delituosa.

Prevenir a delinqüência juvenil e promover formas de reinserção constituem importante medida integrante do controle social, sendo a sociedade parte diretamente interessada, sob pena de perda deste domínio, com constante reprodução de ciclos de violência, gerando assim crescente insegurança pública.

Merecem aplausos os projetos comunitários idealizados pelo Governo do Distrito Federal e suas parcerias, objetivando o combate à criminalidade juvenil, através do resgate da cidadania e promoção da inclusão social dos jovens, com atividades de natureza cultural, esportiva e educativa, voltadas à sua integração à comunidade e a participação dos órgãos de segurança pública, buscando o convívio social, a elevação da auto-estima, na promoção de valores éticos, culturais e humanísticos. Os projetos Esporte à meia-noite e Picasso não pichava, são bons exemplos da importância das políticas públicas atuando nesse sentido, os quais incentivam os jovens a sair da marginalidade e ir em busca de novos horizontes.

Toda essa conclusão conduz à necessidade de reinventar os espaços, merecendo ser repensada as formas de sociabilidade dos jovens para melhor

direcionar seu processo de inclusão e elaboração de seu projeto de vida, visando a construção de medidas efetivas e eficazes pertinentes à sua melhor reinserção social.

CONCLUSÃO

A análise das realidades empíricas contextualizadas à luz do regime aplicado ao sistema de internação para adolescentes infratores conduz à profundas reflexões acerca da eficácia da aplicação das medidas sócio-educativas e o

cumprimento do papel do Estado na ressocialização dos jovens em conflito com a lei.

A apreensão diante do problema remonta aos seguintes questionamentos: A aplicação das medidas ressocializadoras está sendo correspondente à recuperação ou criminalização maior dos jovens que incidiram na prática de atos infratores? A internação nos moldes atuais reproduz o fenômeno “delinqüência” ou corresponde ao controle social, concorrendo para a recomposição e reintegração do agente infrator ao convívio social?

As respostas apontam para as referências empíricas como realidades e dão embasamento à elaboração de um redimensionamento de todo o processo ressocializador.

O processo de ressocialização é complexo e inicia por uma reversão dos valores nocivos do condenado, para valores benéficos à sociedade. O alcance dessa transformação é o ponto chave para a reintegração ao convívio social. Assim, a ajuda na reconstrução de novos valores, ideais e referenciais fazem a diferença.

A observação de falhas na estruturação dos espaços ressocializadores dos jovens geram indignação e críticas, conduzindo à compreensão de que as propostas sobre a redução da maioria penal e o aumento no tempo de internação não se apresentam como estratégia mais eficiente, face às condições percebidas.

Qual a finalidade de promover mudanças em uma legislação ainda não integralmente aplicada? Como afirmar que uma lei que nunca foi integralmente aplicada não é eficaz?

O principal problema enfrentado atualmente reside nas políticas sociais do governo direcionadas à área, que em flagrante descompasso com os documentos legislativos que tratam da proteção à criança e adolescente e com os discursos de política criminal não conseguem cumprir seu verdadeiro papel.

Pesquisas e estatísticas realizadas sobre a questão da atividade delituosa infanto-juvenil, conduzem à compreensão de suas causas originárias, considerando a fase de formação da personalidade, caráter e valores, à luz da análise de sentimentos, apontando assim as áreas em que as políticas públicas devem atuar com maior urgência.

A exclusão aliada às condições sócio-econômicas precárias são cenários comprometedores para o processo de integração social dos jovens. Verifica-se mudanças no padrão de valores, sobretudo com a excessiva consideração de bens materiais e de poder, em contraprestação ao reconhecimento social, em detrimento de variáveis como honra, ética e moral.

Os jovens da periferia demonstram a necessidade de se sentir incluídos superando uma condição de discriminação que enfrentam no dia-a-dia, vencendo os estigmas e o sentido de exclusão.

Os jovens de classe média, que não apresentariam nenhum motivo aparente para se envolverem com a delinquência, acabam participando de ações criminosas, para comprarem drogas ou por pura “diversão”. A falta de limites e a sensação de proteção, gerada pelo sentimento de inalcançabilidade, em razão de sua posição social, são fatores apontados como responsáveis por esta criminalidade, em especial.

Condições impróprias ou inadequadas de exercício da autoridade materna e paterna, falta de escolarização e profissionalização, envolvimento precoce

com o álcool e o consumo de drogas, envolvimento com turmas e más companhias são demais causas apontadas como concorrentes para a criminalidade. Acrescente-se a isso a banalização e a cultura da violência. Especialmente, como foi explicitado, a intolerância para convivência entre os jovens de classes sociais diferenciadas, devido ao próprio espaço que segrega, favorecendo o aparecimento de grupos e gangues rivais. Assim, muitos são os fatores que podem levar um adolescente para o mundo da criminalidade.

A redução da idade penal do adolescente infrator para 16 anos, não afigura-se como resposta satisfatória à questão da criminalidade juvenil, eis que constituiria o ingresso para que, cada vez mais, jovens tivessem acesso prematuro ao mundo dos atos infracionais.

A questão do rebaixamento da idade penal e o aumento no tempo do cumprimento da internação merecem melhor reflexão, eis que imprimem uma sensação de caráter repressivo e retributivo maior à conduta dos adolescentes em conflito com a lei. Exige-se sim, competência e seriedade quanto ao cumprimento e execução das medidas sócio-educativas previstas na Lei, sobretudo a adequação de estabelecimentos ao objetivo ressocializador dos infratores.

A questão da responsabilização do adolescente infrator e a eventual sensação da impunidade que é passada ao senso comum não decorre do texto legal, nem da necessidade de sua alteração.

Desconsidera-se que a severidade da pena não configura alternativa à prevenção da criminalidade, abandonando a certeza da aplicação das medidas sócio-educativas com a conseqüente capacidade de inclusão social. Na verdade, não se diferencia impunidade de inimputabilidade. Assim, o senso comum

desconhece o amplo sistema de garantias do ECA e acredita que o adolescente infrator, por ser inimputável, acaba não sendo responsabilizado pelos seus atos.

A ocorrência de falhas nas formas de punição preconizadas pela sociedade civil acarreta incertezas quanto à manutenção do controle social, gerando impotência e derrota na concepção de seus padrões morais, restando a aplicação de formas mais rigorosas de punição como meta mais fácil e adequada, alternativamente à educação.

Emerge a percepção centrada na consciência de que só a punição é capaz de reverter os quadros de desvios das condutas compatíveis com a dita normalidade social, servindo de exemplo para prevenir futuras incorreções.

Assim, a cada agressão sofrida, a sociedade civil passa a defender mais punições como forma de proteção e como saída para a redução da criminalidade. Percebe-se que o atual sistema de ressocialização para menores infratores não corresponde aos anseios da sociedade, gerando insatisfação e crescente desconfiança com a sensação de ameaça e insegurança constantes, sendo estas ações realizadas sem uma permanente meditação crítica sobre o que realmente vem acontecendo: seu sentido, significado e realidade.

O fato de a redução da maioria penal e o agravamento das medidas sócio-educativas serem bem vistos por uma grande parcela da sociedade brasileira, pode ter origem na indevida associação entre violência e juventude. Percepção esta, muitas vezes, alimentada pela mídia, ao destacar a violência, principalmente, nos episódios em que adolescentes se envolvem em crimes.

Nota-se, na sociedade, visões ambíguas e conflitantes acerca das concepções sobre os jovens. Simultaneamente ao conceito de que são a promessa de um futuro melhor, ou seja, o próprio futuro, prevalece o olhar estigmatizado a

respeito da violência. O imaginário social direciona-se a idealizar que ser jovem é correr riscos, encarar perigos, entregar-se aos desafios, aventurar-se, ser curioso e destemido, relacionando essas características como próprias e necessárias à transgressão.

Se o Brasil chama a atenção por algum motivo é pela enorme proporção de jovens vítimas de crimes e não pela de infratores. O Brasil é o 5º colocado quando o assunto é homicídio entre os jovens, segundo pesquisa divulgada pela UNESCO, crescendo as taxas daqueles que têm entre 15 e 24 anos. Em 1980, a taxa de homicídios juvenis era de 30 para cada 100 mil habitantes. Em 2002, esse número subiu para 54,5 para cada 100 mil (Revista Época, 2004, p. 12).

A criminalidade juvenil ainda que se apresente em níveis preocupantes, não representa ainda uma crítica situação, merecendo que as políticas públicas atuem imediatamente nas causas determinantes, e não apenas em suas conseqüências.

Faz-se necessária a efetiva promoção de uma política de integração social no intuito de prevenir a criminalidade. Nesse mister, ressalta-se a importância da Família, da Comunidade, da Mídia e de medidas educativas em meio aberto na prevenção da delinquência. É fundamental a estruturação de quem deve zelar pela categoria infanto-juvenil, sob pena de acrescentar ao quadro de delinquência aspectos negativos ao seu combate.

O assunto adquire relevância na medida da necessidade da devida análise da proposta da redução da maioridade penal, com a sensibilização da sociedade para o objetivo da reinserção consciente e responsável do adolescente delinquente, trabalhando formas para inibir a reincidência, ressaltando e elogiando o valor positivo e as perspectivas que hão de vir a partir dessa prática e consciência,

como estímulo à transformação e regeneração da triste realidade assistida, sobretudo através da retirada da negativa identificação social do infrator. Enfim, merece discussão esta importante medida integrante do controle social, em que a sociedade é parte diretamente interessada.

É de fundamental relevância reconhecer que recolher os menores infratores às instituições, com a finalidade única de guardá-los, sem a preocupação com sua reinserção social, constitui uma falsa sensação de segurança, desconsiderando que mais cedo ou mais tarde retornarão ao convívio da comunidade.

O ECA é um grande instrumento de defesa dos direitos da infância e da juventude. Um modelo de legislação capaz de conscientizar as autoridades para a necessidade de prevenir a criminalidade na sua origem, evitando que esses adolescentes se tornem verdadeiros adultos infratores.

É fundamental a correta aplicação das medidas sócio-educativas para o alcance de sua plena efetividade, sobretudo quanto à visão de alternativas metodológicas, nas quais um tratamento humanitário, educativo e de promoção das potencialidades dos adolescentes, gere cidadãos capazes de contribuir para a construção de uma sociedade melhor.

É necessário investir em estratégias de ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei, possibilitando desenvolver seu potencial, numa visão que se aproxima do conceito de educar, abandonando a condição de múltiplas exclusões e de vulnerabilidade a que parcelas da juventude estão submetidas no Brasil, fator que impulsiona o envolvimento com a criminalidade.

Ressalta-se que deve haver ainda a percepção da importância do tratamento dispensado pela sociedade às crianças, concluindo que uma sociedade

que respeite os aludidos direitos dará liberdade e dignidade aos jovens, criando as condições em que possam desenvolver todas as suas potencialidades e preparar-se para uma vida adulta plena e satisfatória.

O fato é que a instituição para menores encontra-se longe de proporcionar a desejada recuperação. A delinqüência infanto-juvenil indicia ou comprova o fracasso da sociedade na transmissão dos valores sociais. A patologia social que assola o País e todo o mundo com o envolvimento de jovens em ascendente escala de violência, motiva a preocupação e reclama a providência dos setores responsáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; WASELFISZ, Julio Jacobo; ANDRADE, Carla Coelho de; RUA, Maria das Graças. **Gangues, galeras, chegados e *rappers*: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. 2ª edição, Brasília: Garamond, 2002. pp. 21, 96, 109, 185,

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002, pp. 86, 161.

_____. **Mídia & violência urbana**. In RAMOS, Sílvia Ramos (org.). Rio de Janeiro: Faperj, 1994, p. 21.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Ampliação da responsabilidade menor. **Revista Prática Jurídica**. Ano III, nº 22, 31 jan 2004, p. 44-45.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. pp. 11, 85.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Brasília, 1996, p. 17.

CAMPBELL, Ullisses. Estatuto mais uma vez em cheque. **Correio Braziliense**, 18.04.2002, p. 28.

CURY, Munir; *et al.* **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: comentários jurídicos e sociais**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 373.

DALLARI, Dalmo de Abreu. A razão para manter a maioridade penal aos 18. **Jornal Gazeta Mercantil**. São Paulo, 27 abr 2001, p. 72.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 15.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

JACQUES, Maria da Graça Corrêa e outros. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2001.

JORGE, Eder. Redução da maioria penal. **Jus Navigandi**. Teresina, a.7, n.60, nov 2002 <disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3374>> acesso em 20 out 2005.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações **Sociais e Esfera Pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 78

JUNIOR, Darse & MADER, Helena. CAJE. **Jornal Correio Braziliense**. Brasília, 02 out 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 96.

LEVISKY, David Léo. **Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira**./Organizado por David Léo Levisky. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p. 19.

MASSA, Patrícia Helena. A menoridade penal no direito brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, nº. 04, out/dez, 1993. p. 126-127.

MICHAUD, Yves. **A violência**. 1ª edição, São Paulo: Ática, Série Fundamentos, 2001. (trad. L. Garcia), pp. 10, 11, 49, 50.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Perfil dos Adolescentes Infratores do Distrito Federal: 1997 a 2001**. Brasília: Comissão Permanente de Política Criminal, 2002. p. 63.

PASTANA, Débora Regina. **Cultura do medo, reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil**. São Paulo: Método, 2003, p. 130.

RUBIN, Débora. Juventude em risco. **Revista Época**. Editora Globo: Rio de Janeiro, jun 2004.

_____. Amarga juventude. **Revista Época**. Editora Globo: Rio de Janeiro, ago, 2005, p. 17.

SADY, João José. Maioridade penal. **Revista Prática Jurídica**. Ano II, nº 17, 31 ago 2003, p. 66

SARAIVA, João Batista Costa. **Adolescente em Conflito com a Lei – da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998, p. 157.

_____. **Adolescente e Ato Infracional:** Garantias Processuais e Medidas Socioeducativas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002 a.

VELHO, G., ALVITO, M. (orgs). **Cidadania e Violência.** Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. pp. 11-25, 37-40.

VOLPI, Mário. **O adolescente e o ato infracional.** Cortêz. São Paulo, 1997.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília.** 1ª edição, Brasília: Cortez Editora, 1998. pp. 23, 38,

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

1) Idade da primeira internação: _____

2) Raça:

() branca

() parda

() negra () amarela
() outros _____

3) Naturalidade: _____

4) Estado civil

() solteiro () casado () união estável

5) Proveniente de:

() cidade-satélite () entorno

6) Frequentava a escola antes da internação?

() sim () não

7) Andava pelas ruas com os amigos em vez de ir às aulas?

() sim () não

8) Morava com a mãe e os irmãos?

() sim () não

9) Andava com os amigos das ruas?

() sim () não

10) Considerava diversão beber, usar drogas e roubar?

() sim () não

11) Tinha amigos que estavam no Cajé, na Colméia ou na Papuda?

() sim () não

12) Conhecia algum membro de gangues?

() sim () não

13) Tinha como ídolo a própria mãe?

() sim () não

14) Praticou algum crime contra o patrimônio como furto, roubo e latrocínio?

() sim () não

15) Roubou e usou o dinheiro para *curtir* (comprar roupas de marca, tênis caros, drogas, bebidas, armas e conquistar namoradas)?

() sim () não

16) Você sabia que xingar a mãe de outro interno é infração gravíssima e pode resultar em morte dentro do Caje?

() sim () não

17) Você acha que seu futuro é morrer, matar, usar drogas e voltar a cometer delitos?

() sim () não

18) Como é viver no CAJE?

19) O CAJE ajuda no papel da reeducação do jovem infrator?

20) O que falta no CAJE para o cumprimento do papel ressocializador?

21) O tempo de internação previsto no ECA é suficiente para a reinserção social do jovem?

22) Opine a respeito da redução da maioridade penal.

23) O que leva o adolescente a cometer a infração?

24) Um sonho após a saída do CAJE.